

## QUANTITATIVO DE CANDIDATURAS EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

### Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 783 de 2021

#### 2 dispositivos vetados

**Autoria do projeto:**

- Senador Carlos Fávaro (PSD-MT)

**Relatoria na Câmara:**

- Deputado Luis Tibé (AVANTE-MG): Parecer proferido em Plenário.

**Relatoria no Senado:**

- Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO): Parecer proferido em Plenário.

**Ementa do projeto de lei vetado:**

"Altera a [Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral](#), e a [Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 - Lei das Eleições](#), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais".

**Síntese do Veto:**

O veto incide sobre dois dispositivos do projeto que fixam limites aos registros de candidaturas em eleições proporcionais.

# Estudo do Veto nº 55/2021

DISPOSITIVO 55.21.001	
DISPOSITIVO VETADO	<p><b>§ 6º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º:</b></p> <p><i>Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a 18 (dezoito), cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) das respectivas vagas.</i></p>
ASSUNTO	Quantitativo de candidaturas em eleições para a Câmara dos Deputados
EXPLICAÇÃO DO ITEM	<p>Trata-se de alteração no art. 10 da Lei das Eleições, o qual estabelece limite para registro de candidaturas em eleições proporcionais. O inciso I do “caput” do referido artigo estabelecia que, nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não excedesse a <b>doze</b>, cada partido poderia registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até <b>200%</b> das respectivas vagas.</p> <p>O PL 783/2021, em seu <a href="#">texto inicial</a>, visava a alterar essa regra, reduzindo o limite para <b>150%</b> e aplicando-o às unidades da Federação cujo número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não excedesse a <b>dezoito</b>. A Câmara dos Deputados rejeitou a proposta, optando ainda por revogar o referido inciso, como se observa no <a href="#">Substitutivo</a> que retornou à casa iniciadora. O Senado, discordando da casa revisora, retomou o texto que havia aprovado inicialmente (ver página 4 do <a href="#">Parecer nº 202/2021-PLN</a> ao Substitutivo-CD, relatado pelo Senador Vanderlan Cardoso).</p>
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“Os dispositivos contrariam o interesse público, haja vista que a proposição legislativa, por meio de alteração ao caput do artigo 10 da mencionada Lei, foi concebida para reduzir o quantitativo de candidaturas para Deputado Federal, para Deputado Estadual ou Distrital e para Vereador que cada partido poderia registrar, com o propósito de evitar futuros pleitos por aumento de recursos partidários, de racionalizar o processo eleitoral, de facilitar a identificação do eleitor com os candidatos, de otimizar distribuição dos recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão e de evitar a pulverização de candidaturas, de modo a aumentar a legitimidade dos candidatos eleitos e sua representatividade.</p> <p>Em sentido contrário ao da proposição, a redação pretendida para o § 6º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 1997, alteraria o critério relativo à representação da unidade da Federação na Câmara dos Deputados de doze para dezoito cadeiras, o que resultaria em percentual mais elevado em relação à regra geral para as candidaturas registráveis nesses casos excepcionais e vai de encontro ao objetivo das alterações ora pretendidas. Da mesma forma, a redação pretendida para o § 7º do art. 10 da referida Lei estabelece percentual mais elevado que a regra geral para os Municípios de até 100.000 (cem mil) eleitores.”</p> <p>Ouvida a Casa Civil da Presidência da República.</p>

# Estudo do Veto nº 55/2021

## SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

	DISPOSITIVO 55.21.002
DISPOSITIVO VETADO	<p><b>§ 7º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º:</b></p> <p><i>Nos Municípios de até 100.000 (cem mil) eleitores, cada partido poderá registrar candidatos a Vereador no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher..</i></p>
ASSUNTO	Quantitativo de candidaturas em eleições para a Câmara dos Deputados
EXPLICAÇÃO DO ITEM	<p>O inciso II do “caput” do art. 10 da Lei das Eleições previa que, nos Municípios de até cem mil eleitores, cada coligação poderia registrar candidatos no total de até 200% do número de lugares a preencher.</p> <p>O PL 783/2021, em seu texto inicial, deu nova redação ao inciso, reduzindo esse limite para 150%. A Câmara dos Deputados rejeitou a proposta, optando por revogar o referido inciso, em vez de dar-lhe nova redação. A matéria retornou à casa iniciadora, na forma de Substitutivo da Câmara dos Deputados. O Senado então decidiu por reintroduzir a regra no corpo do projeto (ver página 4 do Parecer nº 202/2021-PLEN, à Substitutivo-CD, relatado pelo Senador Vanderlan Cardoso).</p>
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“Os dispositivos contrariam o interesse público, haja vista que a proposição legislativa, por meio de alteração ao caput do artigo 10 da mencionada Lei, foi concebida para reduzir o quantitativo de candidaturas para Deputado Federal, para Deputado Estadual ou Distrital e para Vereador que cada partido poderia registrar, com o propósito de evitar futuros pleitos por aumento de recursos partidários, de racionalizar o processo eleitoral, de facilitar a identificação do eleitor com os candidatos, de otimizar distribuição dos recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão e de evitar a pulverização de candidaturas, de modo a aumentar a legitimidade dos candidatos eleitos e sua representatividade.</p> <p>Em sentido contrário ao da proposição, a redação pretendida para o § 6º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 1997, alteraria o critério relativo à representação da unidade da Federação na Câmara dos Deputados de doze para dezoito cadeiras, o que resultaria em percentual mais elevado em relação à regra geral para as candidaturas registráveis nesses casos excepcionais e vai de encontro ao objetivo das alterações ora pretendidas. Da mesma forma, a redação pretendida para o § 7º do art. 10 da referida Lei estabelece percentual mais elevado que a regra geral para os Municípios de até 100.000 (cem mil) eleitores.”</p> <p>Ouvida a Casa Civil da Presidência da República.</p>